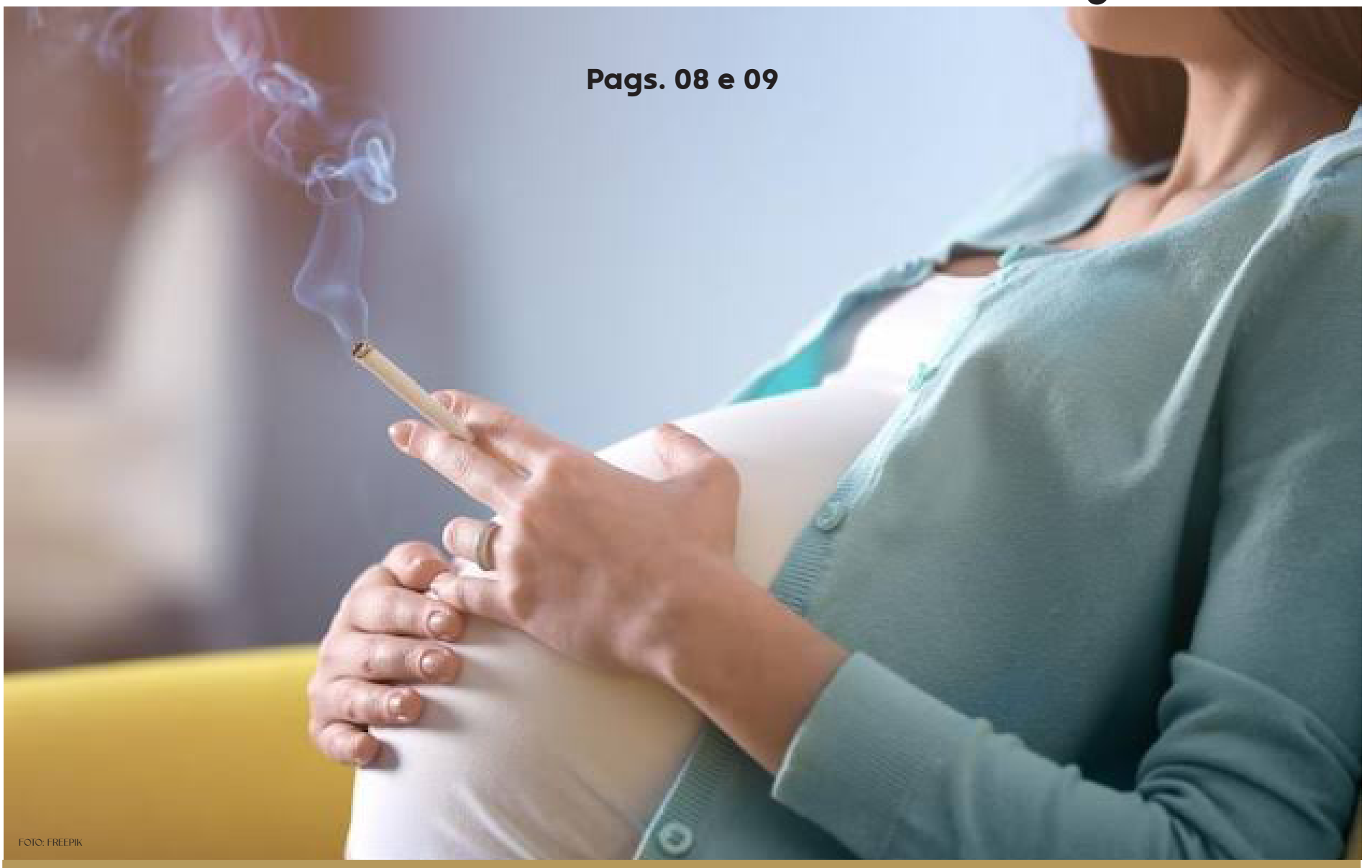


Três em cada dez crianças e adolescentes foram ofendidos na internet
Pags. 10 e 11

Fumar durante a gravidez pode piorar o desempenho acadêmico da criança



Pags. 08 e 09

10 fatos históricos e atuais que podem cair no Enem 2024

Pags. 14 e 15



Mesmo com 39% menos áreas plantadas, produtores de feijão no Brasil aumentam produção em 30%

Pag. 20

EDITORIAL

O Jornal do Sudoeste, o JS Notícias, o Portal Jornal do Sudoeste hospedado em <http://www.jornaldosudoeste.com> e todas as demais redes sociais cujos endereços eletrônicos são identificados pela terminação "jornaldosudoeste.com", são mantidos AGÊNCIA SUDOESTE – JORNALISMO, ASSESSORIA E PESQUISAS LTDA, com sede na Praça Capitão Francisco de Souza Meira, SI 04 e 05, Centro, Brumado/BA, Brasil, CEP 46.100-155 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.607.622/0001-20

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Luiz da Silva
Antônio Novais Torres
Leonardo Santos

EDITOR EXECUTIVO/DIRETOR DE REDAÇÃO
Antônio Luiz da Silva
(77) 99838-6283 - (77) 99119-6080
editor@jornaldosudoeste.com

CHEFE DE REDAÇÃO ADJUNTA
Gabriela Oliveira de Jesus
(77) 98816-6680
reportagem@jornaldosudoeste.com

Lais da Silva Martins
Repórter oficial/Videorepórter

Ticiane Ché Pacheco de Carvalho
Repórter oficial/Videorepórter

REPORTAGEM
Cássio Silva Bastos - (77) 99919-1997
cassiobastos_45@gmail.com

Evandro dos Santos Braz - (77) 99940-6496
esbraz@hotmail.com

Gabriela Costa Matias - (77) 99997-5679
gabrielacostamatias@hotmail.com

Jailton Neri dos Santos
jailtonneri@outlook.com.br

Lucimar Almeida da Silva - (77) 99195-2858
lucimaralmeidajs@gmail.com

COMUNICAÇÃO VISUAL/ ESTRATÉGIA
DIGITAL/SOCIAL MEDIA

DESIGNER GRÁFICO
Maria Cristiane da Silva
(77) 99805-3962
diagramacao@jornaldosudoeste.com

AUXILIAR/DESIGNER GRÁFICO
Guilherme Miller Teixeira Rodrigues
(77) 99103-2803
diagramacao@jornaldosudoeste.com

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
Maria Augusta dos Santos e Silva
(77) 99838-6265
augusta@jornaldosudoeste.com

COMERCIAL/ATENDIMENTO AO CLIENTE
Maíra Bernardes Pinto
(77) 99804-5635
secretaria@jornaldosudoeste.com

REDAÇÃO
(77) 99872-5689
reportagem@jornaldosudoeste.com
jornalismo@jornaldosudoeste.com
redacao@jornaldosudoeste.com
erramos@jornaldosudoeste.com

CONTATO DIRETO – SUGESTÃO DE PAUTAS
(77) 99838-6283
(77) 98816-6680
editor@jornaldosudoeste.com
reportagem@jornaldosudoeste.com

REPRESENTANTES COMERCIAIS
Luciene Pereira Costa - (77) 98804-5661
Lucilene Pereira Costa - (77) 98809-1255
Shirley Ribeiro Alves - (77) 98801-3338

O Jornal do Sudoeste não mantém vínculo de qualquer espécie com seus colaboradores (articulistas), sendo da responsabilidade de cada um deles o conteúdo de seus textos

AGRONEGÓCIO - BAHIA



FOTO: DIVULGAÇÃO

SEAGRI
seagri.ba.gov.br

A Bahia se destaca como a grande potência do agronegócio no Nordeste, com nada menos que 8 de seus municípios entre os 100 mais ricos do Brasil no setor. O feito foi revelado em um estudo recente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que analisou a produção agrícola de 5.563 cidades brasileiras.

Dentre as 13 cidades nordestinas presentes no ranking, 8 são baianas, demonstrando a força do estado na produção agrícola. São Desidério, no Oeste do estado, lidera a lista baiana e ocupa a segunda posição no ranking nacional, com uma produção avaliada em R\$ 7,7 bilhões, focada no cultivo de grãos.

Em seguida, aparecem Formosa do Rio Preto (7º lugar, R\$ 5,7 bilhões), Barreiras (25º lugar, R\$ 3,1 bilhões), Correntina (28º lugar, R\$ 3 bilhões), Luís Eduardo Magalhães (32º lugar, R\$ 2,7 bilhões), Riachão das Neves (48º lugar, R\$ 2 bilhões), Jaborandi (62º lugar, R\$ 1,6 bilhão) e Juazeiro (66º lugar, R\$ 1,5 bilhão).

As lavouras de grãos e frutas são as grandes responsáveis por esses números. A produção de soja, milho e algodão, além de culturas como manga, maracujá, banana e uva, tem sido fundamental para o sucesso do setor no estado.

Para o secretário da Agricultura da Bahia, Wallison Tum, a liderança da Bahia no agronegócio nordestino é "resultado de diversos fatores, como investimentos em tecnologia, infraestrutura, políticas públicas de incentivo e apoio aos produtores, e a adaptação das culturas às condições climáticas da região".

2

SAÚDE - VACINA



FOTO: DIVULGAÇÃO - ASCOM/SESAB

O Ministério da Saúde enviará uma nova remessa de vacinas contra a Covid-19, da variante XBB, para a Bahia nesta quinta-feira (24). A expectativa é que o estado receba 42 mil doses que serão distribuídas para os 417 municípios do estado de acordo com o critério populacional.

Esta fase da vacinação abrange crianças de 6 meses a menores de 5 anos, como parte da vacinação de rotina, e adultos elegíveis. A prioridade será dada a pessoas de 60 anos ou mais, gestantes, puérperas, imunocomprometidos, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores da saúde, pessoas com deficiência permanente, entre outros grupos prioritários.

Com essa remessa, o objetivo é atender à demanda gerada pelo desabastecimento ocorrido no início de outubro e reforçar a imunização desses grupos, conforme o histórico vacinal de cada indivíduo, garantindo que a proteção contra as formas graves da Covid-19 seja mantida em todo o estado. Desde junho de 2024, foram aplicadas 40.849 doses da vacina XBB na Bahia, conforme dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde.

ASCOM/SESAB
www.saude.ba.gov.br

BLOCO DE NOTAS

RISCO À SAÚDE - SUSPENSÃO DA VENDA DE AZEITE

3

AGÊNCIA BRASIL
 www.agenciabrasil.ebc.com.br

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) divulgou um alerta de risco para o uso de 12 marcas de azeite de oliva que, segundo a pasta, não atendem aos padrões de qualidade, sendo, portanto, consideradas impróprias para o consumo. As 12 marcas foram desclassificadas por fraude, após os testes realizados no Laboratório Federal de Defesa Agropecuária detectarem a presença de outros óleos vegetais, não identificados, na composição do produto. Segundo o Mapa, a contaminação dos azeites comercializados pelas 12 marcas compromete a qualidade dos produtos e oferece risco à saúde dos consumidores, dada a falta de informações sobre a procedência dos óleos detectados. As doze marcas desclassificadas por fraudar seus produtos são a Grego Santorini; La Ventosa; Alonso; Quintas D'Oliveira; Olivas Del Tango; Vila Real; Quinta de Aveiro; Vincenzo; Don Alejandro; Almazara; Escarpas das Oliveiras e Garcia Torres. Parte das empresas responsáveis por essas marcas no Brasil estão com CNPJ suspensos ou baixados pela Receita Federal, o que, segundo o Mapa, reforça a suspeita de fraude. "Consumidores que adquiriram essas marcas devem interromper o uso imediatamente e buscar a substituição, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor. Já as denúncias sobre a venda de produtos fraudulentos podem ser feitas por meio do canal oficial Fala.BR, com a indicação do local de compra. A comercialização desses produtos configura uma infração grave e os estabelecimentos que continuarem a vendê-los poderão ser responsabilizados.

MARCA	LOTE	EMPRESA RESPONSÁVEL (Embalador)	UF (Embalador)	POSSUI REGISTRO CGC/MAPA?	IRREGULARIDADE ENCONTRADA	SUPERMERCADO OU CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO ONDE O PRODUTO FOI COLETADO	UF (Supermercado ou distribuidor)
GREGO SANTORINI	TODOS OS LOTES	INTRALÓGISTICA DISTRIBUIDORA CONCEPT LTDA. - CNPJ 72.726.474/0002-07	RJ	NÃO	CNPJ SUSPENSO JUNTO À RECEITA FEDERAL	STEPHANY OLIVEIRA LTDA. - CNPJ 50.373.247/0001-21	MG
LA VENTOSA	TODOS OS LOTES	CAXIAS COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - CNPJ 34.055.040/0001-52	SC	NÃO	PRODUTO DESCLASSIFICADO CNPJ SUSPENSO JUNTO À RECEITA FEDERAL	NO PRÓPRIO ESTABELECIMENTO	SC
LA VENTOSA	TODOS OS LOTES	CAXIAS COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - CNPJ 34.055.040/0001-52	SC	NÃO	PRODUTO DESCLASSIFICADO CNPJ SUSPENSO JUNTO À RECEITA FEDERAL	CONSERVAS SEVILLIANA (E. DOS SANTOS GARCIA - ALIMENTOS) - CNPJ 43.198.420/0001-37	SP
ALONSO	TODOS OS LOTES	COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS COTINGA LTDA. - CNPJ 00.808.890/0001-04	PR	NÃO	INAPTA JUNTO À RECEITA FEDERAL	STEPHANY OLIVEIRA LTDA. - CNPJ 50.373.247/0001-21	MG
QUINTAS D'OLIVEIRA	TODOS OS LOTES	COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS COTINGA LTDA. - CNPJ 00.808.890/0001-04	PR	NÃO	PRODUTO EM ANÁLISE INAPTA JUNTO À RECEITA FEDERAL	STEPHANY OLIVEIRA LTDA. - CNPJ 50.373.247/0001-21	MG
OLIVAS DEL TANGO	24014	AGRO BUSINESS FUTURE LTDA - CNPJ 06.306.363/0001-36	PR	NÃO	PRODUTO DESCLASSIFICADO CNPJ INAPTO JUNTO À RECEITA FEDERAL	COMERCIAL DE ALIMENTOS JMB LTDA. - CNPJ 29.049.500/0001-08	DF
VILA REAL	EV07095VR03559 VR04191 VR04234 VR04245 VR04257 EV07100 EV07111 EV07139 EV07145	ANGEL INDUSTRIA, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS LTDA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - CNPJ 04.593.196/0001-26	BA	SIM	PRODUTO DESCLASSIFICADO	CDL CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. - CNPJ 03.488.542/0003-05	AM
QUINTA DE AVEIRO	272/08/2023	DISTRIBUIDORA MANTOVANI IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ 37.195.191/0001-02	ES	NÃO	PRODUTO DESCLASSIFICADO	TALENTO SUPERMERCADO LTDA. - CNPJ 22.405.693/0001-35	ES
VINCENZO	19227	TRL INTERNACIONAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - CNPJ 14.546.348/0001-93	SC	SIM	PRODUTO DESCLASSIFICADO	G.M.A.P SUPERMERCADOS S.A. - CNPJ 05.546.194/0022-73	RJ
DON ALEJANDRO	19224	TRL INTERNACIONAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - CNPJ 14.546.348/0001-93	SC	SIM	PRODUTO DESCLASSIFICADO	SENDAS DISTRIBUIDORA S/A - CNPJ 06.057.223/0541-82	BA
ALMAZARA	TODOS OS LOTES	ORIENTE MERCANTIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ 34.845.175/0001-11	SP	NÃO	PRODUTO DESCLASSIFICADO	SUPERMERCADO JAU SERVE LTDA. - CD - CNPJ 03.640.467/0001-94	SP
ESCARPAS DAS OLIVEIRAS	TODOS OS LOTES	ORIENTE MERCANTIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ 34.845.175/0001-11	SP	NÃO	CNPJ BAIXADO JUNTO À RECEITA FEDERAL PRODUTO DESCLASSIFICADO CNPJ BAIXADO JUNTO À RECEITA FEDERAL	SUPERMERCADO JAU SERVE LTDA. - CD - CNPJ 03.640.467/0001-94	SP
GARCIA TORRES	24013	TASCHETI ALIMENTOS E SERVICOS LTDA - CNPJ 17.379.281/0001-38	GO	NÃO	PRODUTO DESCLASSIFICADO	CAVALIN BORA E CIA LTDA. - CNPJ 78.143.435/0001-82	PR

FOTO: LISTA DIVULGADA PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA/DIVULGAÇÃO



Mais da metade das mulheres com diagnóstico de Câncer de Mama desconhece o subtipo da doença, revela pesquisa

Levantamento inédito AstraZeneca/Datafolha aponta que 56% das mulheres não sabem dizer qual subtipo do câncer possuem

CRISTIANE NASCIMENTO
cris@fiocomunica.com.br



A pesar de ser o Câncer que mais atinge mulheres em todo o mundo, os subtipos de câncer de mama ainda são desconhecidos pela população. Uma pesquisa realizada pelo Datafolha, encomendada pela biofarmacêutica AstraZeneca, apontou que 56% das mulheres brasileiras que estão ou estiveram em tratamento de câncer de mama não sabem dizer qual dos subtipos da doença possui.

"Uma vez confirmado o diagnóstico, é imprescindível conhecer o subtipo da doença, o que possibilitará personalizar o tratamento, visando mais eficácia e sobrevida sem progressão da doença, além de facilitar a compreensão da paciente e dos familiares sobre os protocolos possíveis e uma visão mais clara da jornada que essas mulheres têm pela frente", afirma a Dra. Maira Caleffi, médica mastologista e presidente fundadora da FEMAMA (Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama).

Os subtipos possíveis de Câncer de Mama são: Luminal (hormônio positivo), HER-2 positivo e Triplo-Negativo. Os do tipo Luminal são caracterizados pela presença de receptores hormonais nas células tumorais. Esses receptores, por sua vez, se ligam a hormônios como estrógeno e progesterona, estimulando a multiplicação das células malignas. Em geral, esses cânceres respondem de forma eficaz ao tratamento hormonal.

Já o HER-2 positivo ocorre quando há uma alta expressão da proteína que dá nome ao subtipo no tumor, independentemente de ele ter ou não receptores hormonais na célula. Esses casos são tratados com medicamentos que têm a proteína HER-2 como alvo.

Por fim, o triplo-negativo não apresenta nem receptor hormonal (estrógeno e progesterona), nem a proteína HER-2. É responsável por 15% dos casos e é mais frequente em mulheres jovens, com menos de 40 anos. Na maioria das vezes, o tratamento inclui quimioterapia e/ou imunoterapia.

Entre as pacientes que disseram saber o seu subtipo de câncer de mama, 70% afirmaram buscar informações a respeito. Médicos (45%) e Google (33%) foram as fontes de informação mais mencionadas por elas. As entrevistadas foram também questionadas se haviam feito algum teste genético ao longo de sua jornada: apenas 16% delas disseram se lembrar de ter realizado.

"Tomado o conhecimento do subtipo e do estágio de sua doença, algumas pacientes de câncer de mama são aconselhadas a fazer testes genéticos para a averiguação de possíveis mutações. Tais informações costumam guiar o tratamento, além de, é claro, servir como alerta de prevenção da família no caso de constatadas mutações herdadas", completa Dra. Maira Caleffi.

SAÚDE



Jornaldosudoeste

O levantamento AstraZeneca/Datafolha ouviu um total de 240 mulheres, das quais 71% ainda estavam em tratamento. A maior parte delas tem entre 40 e 59 anos (54%), sendo 93% acima dos 40 anos de idade. Foram entrevistadas pacientes de cinco capitais do país, representantes de todas as classes econômicas.

Sobre a Pesquisa

Encomendada pela AstraZeneca, a pesquisa foi realizada pelo Datafolha entre os dias 5 e 13 de setembro, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Salvador e Goiânia. O instituto de pesquisa ouviu um total de 240 mulheres, com idade a partir de 18 anos. A margem de erro é de 6 pontos percentuais, o que traz um nível de confiança de 95%.

PROTEJA SUAS CONQUISTAS, CONTE COM A **REALIZA**



Assistências que atendem
suas necessidades 24 horas
sete dias por semana.



Rua: Joana Angélica, 245 – 1º Andar – Sala 01
Sênio Clínica – Brumado – BA

(77) 9 9957-6500

Médica explica como fica a vida sexual durante o tratamento do Câncer de Mama



FOTO: DIVULGAÇÃO

Medicações afetam os níveis de estrogênio no corpo, o que pode ocasionar sintomas como ressecamento vaginal, diminuição da libido e, em alguns casos, dor durante a relação sexual; veja cuidados

GIOVANNA REBELO ALVES
giovanna.rebello@mgapress.com.br

Outubro Rosa é o mês de conscientização sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer, doença que acomete cerca de 60 mil mulheres por ano, de acordo com a Sociedade Brasileira de Mastologia. O tratamento desta neoplasia inclui cirurgias, quimioterapia, radioterapia e terapias hormonais que podem impactar profundamente a vida das mulheres, afetando não apenas o aspecto físico, mas também a saúde emocional e sexual.

Embora muitas pacientes tenham dúvidas sobre como manter uma vida sexual ativa, durante o tratamento, é importante destacar que sim, as mulheres em tratamento de câncer de mama podem continuar tendo relações sexuais, desde que tomem alguns cuidados específicos.

Segundo Dra. Mariane Nadai, ginecologista e médica parceira da DKT, empresa fornecedora de soluções voltadas para o planejamento familiar, os tratamentos contra o câncer de mama, em especial a quimioterapia, afetam os níveis de estrogênio no corpo - o que pode ocasionar sintomas como ressecamento vaginal, diminuição do desejo sexual e, em alguns casos, dor durante a relação sexual.

SAÚDE

Há ainda os efeitos psicológicos, como ansiedade e mudanças na autoimagem, que podem fazer com que algumas mulheres evitem a intimidade durante esse período. No entanto, com o suporte certo, muitas dessas dificuldades podem ser manejadas.

“É possível que as mulheres mantenham sua vida sexual ativa e satisfatória, mas para isso, elas precisam conversar com seus médicos sobre caminhos alternativos e também a respeito dos métodos contraceptivos adequados”, afirma a especialista.

Segundo ela, embora o uso de anticoncepcionais hormonais seja contraindicado para pacientes em tratamento do câncer de mama, o DIU não hormonal (dispositivo intrauterino de cobre ou prata) é uma opção segura e eficaz. “Este método não interfere nos tratamentos nem aumenta os riscos associados ao câncer de mama, sendo indicado para mulheres que desejam evitar uma gravidez e que não possam ou não queiram recorrer a hormônios”, diz Dra. Mariane.

Além do DIU de cobre ou prata, a médica recomenda o uso de camisinhas – tanto masculina quanto feminina. O preservativo, além de prevenir a gravidez, protege contra infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), o que é especialmente importante, já que o sistema imunológico das mulheres pode estar enfraquecido durante o tratamento.

A ginecologista ressalta que, durante o tratamento do câncer de mama, é essencial manter uma comunicação aberta com o parceiro. “As mulheres não precisam abrir mão da intimidade neste período, mas precisam estar cientes dos cuidados necessários para garantir que a relação seja segura e confortável. É recomendado utilizar lubrificantes à base de água para aliviar o ressecamento vaginal e discutir também outras opções que possam ajudar a melhorar o bem-estar sexual”, lembra a especialista.

Dra. Mariane diz ainda que a saúde e o bem-estar integral da paciente devem estar no centro de qualquer plano de tratamento, o que inclui a saúde sexual. “Mas é muito importante um acompanhamento médico e também um suporte emocional profissional, afinal, a comunicação é uma ferramenta crucial para atravessar essa fase com mais qualidade de vida”, conclui ela.

TAISE RODRIGUES

STUDIO
FOTOGRAFICO

(77) 98858-1020



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Brumado, no uso de suas atribuições estatutárias, vem pelo presente convocar os ASSOCIADOS para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia **23 de outubro de 2024**, no Auditório da CDL, com primeira convocação às 18:00 horas, contando com a presença de 2/3 dos sócios, e segunda convocação às 18:30 horas, com qualquer número destes, a fim de deliberarem, aprovarem sobre o seguinte assunto do dia:

- DEFINIÇÃO DA CAMPANHA DE NATAL 2024.
- O QUE OCORRER

- Pedimos aos senhores associados que compareçam à Assembléia ora convocada, podendo ser representados por procuradores devidamente constituídos. É importante lembrar que os ausentes ficam obrigados a aceitar o que for deliberado. A sua presença é indispensável, pois a sua opinião é muito importante para nós.

Brumado, 18 de outubro de 2024.

ORLANDO DE
FATIMA
GOMES:00667516
670

Assinado de forma digital
por ORLANDO DE FATIMA
GOMES:00667516670
Dados: 2024.10.18 15:23:18
-03'00'

Orlando de Fátima Gomes
Presidente

Corrija o JS.

Encontrou um erro no JS,
por favor, nos corrija,
envie um e-mail para:

erramos@jornaldosudoeste.com

Nos ajude a continuar trabalhando com
transparência e credibilidade

www.jornaldosudoeste.com



FOTO: FREEPIK

Fumar durante a gravidez pode piorar o desempenho acadêmico da criança

Pesquisa encontrou associação entre o tabagismo na gestação e efeitos a longo prazo no aprendizado infantil; hábito também aumenta o risco de abortamento, restrição de crescimento e prematuridade

FERNANDA BASSETTE - AGÊNCIA EINSTEIN
www.agenciaeinstein.com.br

Fumar faz mal à saúde, mas o hábito durante a gravidez pode ser nocivo tanto para a gestante quanto para o bebê que ainda nem nasceu. Os impactos do tabagismo são bem conhecidos: risco de malformação congênita, maior taxa de abortamento (perda do bebê até a 20ª semana de gestação), risco de óbito intrauterino, prematuridade e restrição de crescimento. O cigarro ainda pode causar outras repercussões graves ao longo da vida da criança, como alterações neurológicas que afetem o desenvolvimento cognitivo e psicomotor.

Segundo um estudo recente, fumar na gravidez também pode reduzir o desempenho acadêmico em crianças expostas ao tabagismo pré-natal. O levantamento foi liderado por pesquisadores da Austrália e publicado em junho no periódico *Addictive Behaviors*.

Uma revisão sistemática conduzida pela equipe levantou dados de 19 estudos, que envolviam 1,25 milhão de participantes, e encontrou a associação do tabagismo com a piora no desempenho acadêmico. O grupo também realizou uma meta-análise, com dados de oito pesquisas envolvendo mais de 723 mil pessoas, e constatou que crianças expostas ao cigarro pela mãe tinham um risco 49% maior de baixo desempenho acadêmico, em comparação com aquelas que não foram expostas ao fumo no útero.

SAÚDE

Em um dos trabalhos, feito na Austrália, foi relatada piora no desempenho das crianças que eram filhas de mães fumantes nos domínios envolvendo ortografia, escrita e literatura e matemática. Em outro trabalho, esse realizado na Islândia, os resultados apontam pontuações de 5% a 7% menores no desempenho acadêmico de crianças entre 10 e 16 anos expostas ao cigarro na gestação. Já uma pesquisa nos Estados Unidos reforça que o tabagismo pré-natal foi associado à piora no desempenho em literatura, ortografia e aritmética.

“Uma meta-análise bem-feita, como é o caso deste estudo, é a maior evidência científica que temos na literatura. Esse resultado vem demonstrar, de forma incisiva, uma piora do desempenho escolar relacionado ao tabagismo. Isso abre um sinal de alerta para indicar que outros problemas podem estar relacionados também”, avalia o ginecologista e obstetra Rômulo Negrini, coordenador-médico da Obstetrícia do Hospital Israelita Albert Einstein.

Problema de saúde pública

Apesar de todos os esforços e campanhas antitabagismo realizados no mundo, o cigarro continua sendo um problema de saúde pública global. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), 7% das mulheres fumam todos os dias, sendo que 2% delas o fazem durante a gravidez.

No Brasil, mesmo com a redução significativa na quantidade de fumantes nos últimos 35 anos, o número de tabagistas continua alto. Em 1989, 27% das mulheres e 43% dos homens fumavam; em 2023, esse percentual caiu para 9,6% das mulheres e 15,9% dos homens, de acordo com o Ministério da Saúde.

“Melhorou muito em relação ao que era, mas ainda tem muito a melhorar. Se pensarmos que uma em cada dez mulheres fuma, isso ainda é bem preocupante. Não temos dados específicos de tabagismo na gestação, mas deve girar em torno dos 2% que a OMS calcula”, analisa Negrini.

Efeitos deletérios


Os efeitos nocivos do tabagismo na gestação são estudados desde a década de 1980, com vários trabalhos demonstrando os efeitos deletérios do cigarro. A fumaça do tabaco tem cerca de 7 mil compostos tóxicos, que afetam o desenvolvimento fetal.

Essas substâncias atuam estreitando os vasos, o que dificulta a circulação sanguínea. Ao mesmo tempo, o monóxido de carbono presente na fumaça do cigarro ocupa o lugar do oxigênio na hemoglobina, fazendo chegar menos sangue e menos oxigênio para o bebê, que não consegue crescer adequadamente. “Estima-se que cerca de 10% dos casos de prematuridade sejam decorrentes de tabagismo na gestação. Além disso, o tabagismo materno é responsável por quase 20% dos casos de bebês que nascem com baixo peso”, alerta Negrini.

Outro risco é o de gravidez nas trompas, a chamada gravidez ectópica. Isso acontece porque as substâncias do tabaco alteram a motilidade de pequenos cílios presentes nas trompas, que são os responsáveis por levar o embrião para dentro do útero. “Sem a motilidade adequada, o embrião se implanta dentro das trompas e essa gravidez não poderá seguir. Na maioria das vezes, é preciso operar para reduzir o risco materno”, explica o ginecologista e obstetra.

Bebês com restrição de crescimento – seja devido ao tabagismo materno, seja por outras questões – ainda são mais propensos a ter diabetes e hipertensão. Negrini ressalta, no entanto, que a maioria dos ginecologistas e obstetras não relaciona o tabagismo ao desenvolvimento da criança a longo prazo. O que se reforça no pré-natal, na maioria das vezes, é a questão do risco de aborto, restrição de crescimento e prematuridade.

“Ter um estudo como esse pode ajudar a abrir os olhos não somente dos obstetras, mas também das mães tabagistas, pensando nos riscos acadêmicos dessas crianças. A decisão de cada mulher é individual, mas cabe a nós, médicos, fazermos essa ponte entre a literatura científica e a vida real”, observa o especialista.



**TUDO QUE VOCÊ
PRECISA, EM UM
SÓ LUGAR!**

www.jornaldosudoeste.com

[@jornaldosudoeste](https://www.instagram.com/jornaldosudoeste) [@jornaldosudoestebahia](https://www.facebook.com/jornaldosudoestebahia)

Js

Três em cada dez crianças e adolescentes foram ofendidos na internet

Dados foram divulgados pela pesquisa TIC Kids Online Brasil 2024



FOTO: VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

POR ELAINE PATRICIA CRUZ – AGÊNCIA BRASIL
www.agenciabrasil.ebc.com.br

Três em cada dez crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos, de todo o país (29% do total) já enfrentaram situações ofensivas ou discriminatórias na internet e que as deixaram chateadas. Além disso, 30% dessas crianças e adolescentes já tiveram contato com algum desconhecido na internet. Estes são alguns dos riscos apontados pela pesquisa TIC Kids Online Brasil 2024, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que foi divulgada hoje (23) na capital paulista.

“Essa proporção [de contato com pessoas desconhecidas] é maior para os mais velhos [entre as crianças e adolescentes]. Os mais velhos são mais assíduos, eles estão mais expostos aos riscos na internet. E os meios em que esse contato acontece é principalmente pelas redes sociais, por trocas de mensagens instantâneas. Isso reforça a importância para a mediação, para o uso e a participação dessas plataformas”, disse hoje (23), Luísa Adib, coordenadora da pesquisa TIC Kids Online Brasil.

Outro dado preocupante apontado pela pesquisa é para o uso excessivo da internet. Cerca de 24% do total de crianças e adolescentes que foram ouvidos neste estudo revelaram que gostariam de passar menos tempo acessando a rede, mas não conseguiram fazê-lo. Outros 22% disseram que se viram navegando na internet sem realmente estar interessados em nada. A mesma quantidade de crianças e adolescentes (22%) também afirmou que ficou muito tempo navegando, o que impediu de fazer a lição de casa ou de passar mais tempo com a família e os amigos.

“Esses são dados importantes porque é uma pauta que está muito presente no debate atualmente sobre a qualidade e o tempo de uso de telas por crianças e adolescentes. Trouxemos essa percepção para alimentar esse debate e, a partir dessas evidências, criar orientações e regras que melhorem a qualidade, o aproveitamento e o benefício do uso da internet por crianças e adolescentes”, falou a coordenadora da pesquisa, em entrevista à Agência Brasil.

Um outro estudo divulgado recentemente pelo Instituto Alana, realizado pelo Datafolha, já apontava para uma percepção sobre o uso excessivo da internet entre as crianças e adolescentes. Segundo este estudo, 93% dos entrevistados concordava que as crianças e adolescentes estão ficando viciadas em redes sociais; 92% concordam que é muito difícil para crianças e adolescentes se defenderem sozinhas de violências e de conteúdos inadequados para sua idade; 87% concordam que a exibição de propagandas

COMPORTAMENTO

e comerciais para crianças e adolescentes nas redes sociais incentiva o consumo em excesso; e 86% concordam que os conteúdos mais acessados atualmente por crianças e adolescentes não são adequados para a idade deles.

O trabalho do Instituto Alana apontou ainda que nove em dez brasileiros acreditam que as empresas de redes sociais estão fazendo menos do que o suficiente para proteger crianças e adolescentes na internet e que as empresas deveriam tomar uma das seguintes medidas para proteger as crianças e adolescentes na internet: solicitar a comprovação de identidade dos usuários; melhorar o atendimento e apoio ao consumidor para denúncias; proibir a publicidade e venda para crianças; acabar com a reprodução automática e rolagem infinita de vídeos, como reels ou shorts; ou limitar o tempo de uso dos serviços.

“A população percebe que as empresas fazem menos do que deveriam aqui no Brasil em relação a essas salvaguardas e que é preciso que haja mais legislação”, falou Maria Mello, coordenadora do programa Criança e Consumo e líder do Eixo Digital no Instituto Alana. “Estas são questões surpreendentes no sentido positivo e indicam que a sociedade está olhando para isso e clamando por mudanças. Mas também demonstram a percepção de que muito precisa ser feito, sobretudo do ponto de vista regulatório”, acrescentou.

Luisa Adib explicou que para evitar o excesso e os riscos associados ao uso da internet é preciso mediação. Os pais, por exemplo, podem estabelecer regras como controle e limitação de tempo de uso da internet e também orientar as crianças e adolescentes sobre como fazer um uso responsável e consciente. Luisa alerta que essa não é uma tarefa que cabe somente aos pais ou responsáveis. “A gente tem que tomar um cuidado para não colocar responsabilidade só sobre o responsável, sejam ele os pais, as mães ou os educadores. Eles são sim parte fundamental, a gente sabe sobre a correlação positiva entre a mediação e o benefício, um uso de qualidade, mas não são os únicos responsáveis. A gente tem uma série de contextos que envolve também as regulamentações”, destacou.

Segundo Maria Mello, os resultados observados na pesquisa do Instituto Alana acabam dialogando com o estudo TIC Kids porque também demonstraram que a responsabilidade sobre o uso da internet por crianças e adolescentes não pode decair somente sobre os pais ou responsáveis. “Muitos pais e mães ainda sabem muito pouco sobre como proteger [seus filhos]. E isso não pode ser implicado, isso não pode estar na conta das famílias. Acho que é papel das empresas e também do Estado prover algum nível de consciência e de habilidades para que essa mediação parental aconteça”, reforçou.

“Precisa haver um acordo coletivo compartilhado, conforme preconiza a nossa Constituição Federal, para que essa presença se dê de uma maneira protegida. Agora, as famílias podem buscar, primeiro, se informar sobre o que acontece nas redes, que produtos e serviços são desenvolvidos adequadamente para essa presença e sobre os termos de uso, que vão dizer se aquele produto ou serviço é apropriado para aquela idade. Vale a pena estar atento para isso e também buscar entender mais sobre funcionamento algorítmico, que pode moldar comportamentos e fazer com que as crianças acessem conteúdos inadequados do ponto de vista da violência, de conteúdo de exploração sexual, mas também do ponto de vista da exploração comercial”, orientou Maria Mello.

Acesso à internet

O estudo TIC Kids Online Brasil 2024, conduzido pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), ligado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), apontou ainda que o número de crianças e adolescentes com acesso à internet se manteve com certa estabilidade, com um pequeno declínio em 2024 em comparação ao ano passado.

Segundo o estudo, 93% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos de todo o país são usuárias de internet no Brasil, pouco abaixo do que a pesquisa apontou no ano passado (95%). Esse acesso é maior na região sul, onde a quase totalidade das crianças e adolescentes (98%) declararam ter acesso à rede. Já a região norte concentra a menor porcentagem de acesso do país, com 85%.

Essa desigualdade também se manifesta entre as classes sociais. Se entre as crianças e adolescentes das classes A e B o acesso é praticamente total (99%), entre as crianças das classes D e E ele fica em torno de 91%. Já na classe C, isso corresponde a 93%.

Já em relação aos que disseram nunca ter acessado a internet, houve uma queda: se no ano passado, esse público correspondia a 580 mil pessoas, em 2024 um total de 492.393 pessoas revelaram nunca ter acessado a rede.

“A participação [sobre o uso da internet por crianças e adolescentes] continua estável. Se a gente considera a margem de erro, a gente está em um cenário de estabilidade. Mas há disparidades: cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes na faixa de 9 a 17 anos não é usuária de internet ou porque nunca acessou ou não a acessou nos últimos 3 meses”, disse Luisa.

Além disso, acrescentou ela, o acesso por dispositivos também não é igualitário. “Crianças de classes A e B acessam por dispositivos mais variados e locais mais variados”, falou.

O acesso à internet é feito geralmente em casa, tanto pelas crianças e adolescentes das classes A e B (100%) quanto entre as crianças das classes C (100%) e das classes D e E (97%). Isso aponta para uma falta de melhor infraestrutura nas escolas, já que o acesso nesses locais é 56% (entre o público das classes A e B), 56% (na classe C) e de apenas 44% (entre as classes D e E).

“Quando as crianças são tiradas do direito de acesso às tecnologias de informação e comunicação, elas também estão perdendo a oportunidade de sofrer uma série de outros direitos, a educação, o entretenimento, a comunicação, a expressão. Hoje a gente já tem muitas atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação, então a gente precisa garantir o direito para todas as crianças, de forma igualitária, para que elas usufruam [destes benefícios]”, falou Luisa.

Para a pesquisa TIC Kids foram ouvidas 2.424 crianças e adolescentes de todo o país, com idades entre 9 e 17 anos e 2.424 pais ou responsáveis. O estudo foi realizado entre março e julho deste ano. O TIC Kids Online Brasil é uma pesquisa feita anualmente desde 2012 e só não foi realizada em 2020 por causa da pandemia de covid-19.

Outubro *Rosa*

SE AME
SE TOQUE
SE CUIDE!

Estamos juntos
nessa luta!

ARTIGO



Saraiva Felipe

SARAIVA FELIPE É MÉDICO SANITARISTA,
PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, EX-MINISTRO
DA SAÚDE E DEPUTADO FEDERAL POR SEIS
MANDATOS

TRIBUTO A GINÉS GARCIA

O Sanitarismo latino-americano perdeu no último dia 18 uma de suas maiores expressões, o argentino Ginés González Garcia, ex-ministro da Saúde nos governos de Eduardo Duhalde e de Alberto Fernandez.

Amigo do Brasil, administrador capaz, referência do Peronismo, conduziu o país vizinho na difícil batalha contra a Covid com as mais eficientes de suas armas, a vacina e o isolamento social. Preservou vidas e o sistema público de saúde, a despeito do contingente de negacionistas e dos grupos antivacina e vendedores de ilusões milagreiras que o atacaram com a acusação de ter privilegiado um grupo de idosos de seu entorno na vacinação. Isso não colou.

Cumpriu sua missão com profissionalismo e visão humanista.

Convivi com Ginés no período em que ocupamos os Ministérios da Saúde dos nossos países. Já o conhecia, discípulo que foi de outro grande sanitarista argentino, Mario Hamilton, que participou com seu vasto conhecimento organizacional e liderança, da equipe de jovens idealistas que aqui em Minas, no projeto-piloto de Montes Claros, traçou caminhos e avançou na consolidação da chamada Reforma Sanitária.

Fomos, também, como Ginés, discípulos de Mario Hamilton, que exilou-se no Brasil durante a ditadura militar argentina, trabalhando como Pesquisador e Consultor da Fiocruz.

A vitoriosa trajetória do “El Gordo” Ginés Garcia, o sorridente peronista apaixonado pela vida, a Medicina e o Racing Club, foi reverenciada nestes dias por grandes expressões da política e da ciência, de Cristina Kirchner a vários de seus antigos companheiros.

Seu maior elogio, no entanto, se é que podemos chamá-lo assim, veio do extravagante e verborrágico presidente Javier Milei, que quando o sanitarista ainda estava sendo velado na capital, postou em suas redes sociais que acabara de morrer “uma das mais sinistras” personagens da Argentina, “responsável por um dos mais longevos isolamentos sociais do mundo durante a pandemia”.

Partindo do sinistro presidente, cuja incontinência verbal o levou a passar nos últimos oito meses pelo menos 650 horas e sete minutos na Rede X insultando chefes de Estado estrangeiros, professores, estudantes e aposentados, segundo levantamento publicado pelo jornal Pagina12, essa agressão descontrolada é a maior das tantas homenagens ao amigo Ginés.

Descansará agora o ex-ministro, embalado pelo sono eterno reservado aos justos e a quem combateu o bom combate.





CRÉDITO: DIVULGAÇÃO/COLÉGIO POSITIVO

10 fatos históricos e atuais que podem cair no Enem 2024

Especialistas em História, Geopolítica e Climatologia apontam que temas como os 200 anos da Constituição de 1824 e os impactos das mudanças climáticas estarão entre os principais destaques no Enem deste ano

CENTRAL PRESS

centralpress@centralpress.com.br

Com a proximidade do Enem 2024, os estudantes intensificam a preparação, cientes de que o exame exige não apenas o domínio de conteúdos teóricos, mas também uma leitura crítica dos acontecimentos históricos e dos desafios contemporâneos. Este ano, diversos marcos importantes, como os 200 anos da primeira Constituição do Brasil e os 30 anos do fim do Apartheid, são fortes candidatos a serem explorados na prova.

Especialistas de diferentes áreas confirmam essa tendência. "O Enem 2024 deve abordar a importância da Constituição de 1824 no contexto do Império, comparando-a com as conquistas democráticas da Constituição de 1988", indica Matheus Eugênio Lima, professor de História do Colégio Semeador, em Foz do Iguaçu (PR). Eventos marcantes para a redemocratização, como as Diretas Já, também podem ter destaque nas provas. "A mobilização popular por eleições diretas foi um divisor de águas na política brasileira e um tema sempre relevante para o Enem", ressalta Daniel Medeiros, doutor em Educação Histórica e professor no Curso Positivo, em Curitiba (PR).

Já o geógrafo Eduardo Berkenbrock Lopes, professor e assessor de Geografia do Ensino Médio do Colégio Positivo, em Curitiba (PR), acredita que o exame deve explorar os impactos dos fenômenos climáticos recentes. "Com a intensificação de eventos como o El Niño e La Niña, o Enem pode trazer questões que conectem mudanças climáticas a desastres naturais e políticas de prevenção."

A seguir, confira 10 temas históricos e atuais que, segundo especialistas, têm grandes chances de serem cobrados no Enem 2024. Esses temas trazem à tona a importância de uma abordagem crítica sobre o passado e o presente, tanto em âmbito global quanto nacional.

EDUCAÇÃO

Como nas versões anteriores, o Enem 2024 promete exigir uma compreensão aprofundada das dinâmicas históricas e contemporâneas que moldam o Brasil e o mundo.

1. Bicentenário da Primeira Constituição Brasileira (1824–2024)

O bicentenário da primeira Constituição brasileira, imposta por D. Pedro I, deve ser um ponto importante de comparação com a Constituição de 1988, conhecida como a "Constituição Cidadã". "A Constituição de 1824 centralizava o poder nas mãos do imperador e restringia a participação política, enquanto a de 1988 ampliou os direitos sociais e a cidadania", explica o professor Matheus Lima.

2. 40 Anos do Movimento Diretas Já (1984–2024)

O movimento Diretas Já, que exigiu eleições diretas para presidente, marcou o início da redemocratização do Brasil. "A luta pelas Diretas Já, mesmo sem obter sucesso imediato, criou o clima necessário para a consolidação da democracia no Brasil", comenta Daniel Medeiros. Questões podem explorar a importância desse movimento na mobilização popular e na retomada dos direitos democráticos.

3. 70 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948–2018)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos influenciou diretamente a Constituição de 1988 e a formulação de leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Maria da Penha. "Ela estabeleceu princípios que hoje fazem parte do arcabouço jurídico brasileiro, especialmente na proteção dos direitos fundamentais", afirma Matheus Lima.

4. 30 Anos do Fim do Apartheid (1994–2024)

O fim do Apartheid na África do Sul, em 1994, sob a liderança de Nelson Mandela, é um marco mundial na luta contra o racismo. "O Enem pode traçar paralelos entre o fim do Apartheid e o racismo estrutural no Brasil, onde, apesar do fim da escravidão, ainda lidamos com desigualdades profundas", analisa o doutor em Educação Histórica, Daniel Medeiros. Segundo ele, questões sobre cotas raciais e ações afirmativas também podem surgir.

5. 30 Anos do Dia Internacional dos Povos Indígenas (1994–2024)

A questão indígena tem sido amplamente debatida no Brasil, especialmente em relação à demarcação de terras e à preservação cultural. "O Enem pode abordar os desafios atuais enfrentados pelos povos indígenas, como a pressão sobre suas terras devido ao agronegócio e à mineração", comenta Matheus Lima. A proteção ambiental e a defesa dos direitos indígenas são temas de grande relevância na prova.

6. Expansão do BRICS (2023)

Fundado em 2006, o BRICS (bloco econômico formado inicialmente por Brasil, Rússia, Índia e China e, em seguida, África do Sul), expandiu-se recentemente, incluindo Egito, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Etiópia e Irã, o que reflete uma nova dinâmica no cenário global. "O BRICS representa uma força econômica significativa, e o papel do Brasil no grupo pode ser explorado em questões relacionadas à geopolítica global", afirma Eduardo Lopes. A ascensão dos países emergentes e o impacto dessa configuração na governança global são tópicos potenciais.

7. Mudanças Climáticas: El Niño e La Niña (2023–2024)

O fenômeno El Niño, que provoca alterações climáticas severas, tem causado tragédias no Brasil e em outras partes do mundo. "O Enem pode explorar a relação entre fenômenos climáticos e políticas de mitigação de desastres, conectando o impacto do El Niño com eventos como as chuvas no Rio Grande do Sul", aponta Lopes.

8. 60 Anos do Golpe Militar no Brasil (1964–2024)

O golpe militar de 1964, que instaurou uma ditadura de 21 anos no Brasil, continua sendo um tema relevante para o Enem, especialmente em questões sobre censura, repressão e a luta pela redemocratização. "A ditadura militar no Brasil foi um período de intensas restrições aos direitos civis, e a análise de suas consequências ainda é fundamental para entender a nossa democracia", comenta Medeiros.

9. Governança Global e o G20 no Brasil (2024)

Em 2024, o Brasil sedia a reunião do G20, um evento que deve colocar em pauta o combate à fome, o desenvolvimento sustentável e a reforma da governança global. "O papel do Brasil nas discussões internacionais e sua liderança em temas como o combate à pobreza e às mudanças climáticas serão de grande relevância no Enem", explica Lopes.

10. Abalos Sísmicos Globais (2023)

Os terremotos que atingiram países como a Turquia e a Síria em 2023 podem ser abordados em questões que relacionem desastres naturais, infraestrutura e gestão de crises. "Eventos como esses mostram a importância de uma infraestrutura preparada e de políticas de resposta eficazes, algo que pode ser tema de atualidades e geopolítica", conclui Lopes.

BELEZA NA GRAVIDEZ: ENTENDA QUAIS PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS PODEM SER REALIZADOS DURANTE A GESTAÇÃO



CRÉDITO: FREEPK

GABRIELA ANDRADE
sistemas@comunique4.com.br

Procedimentos estéticos durante a gravidez devem ser realizados com muito cuidado e, em alguns casos, evitados completamente, devido aos potenciais riscos tanto para a mãe quanto para o bebê. A pele, o corpo e o sistema imunológico da mulher passam por várias mudanças durante a gestação, o que pode aumentar a sensibilidade e as chances de complicações.

Segundo o Dr. José Roberto Fraga Filho, dermatologista, membro Titular da Sociedade Brasileira de Dermatologia e Diretor Clínico do Instituto Fraga de Dermatologia, a grande maioria dos tratamentos estéticos são contraindicados na gravidez, visto que, se algo acontecer, o culpado será o procedimento que foi realizado. Não existem trabalhos que possam comprovar esse efeito deletério, por isso é consenso mundial não se fazer qualquer procedimento como botox, lasers, preenchimento, entre outros. O que pode ser feito é limpeza de pele e drenagem linfática, sendo essa somente até a 30ª semana de gestação.

“Com a gravidez, o corpo da mulher vai sofrer grandes modificações, aumento do volume dos seios e a distensão do abdômen devido ao aumento do útero. Assim se a pele não estiver devidamente hidratada a mesma pode vir a “rasgar” e assim ocorre a formação da estria. Importante lembrar que outro fator que predispõe as estrias são os banhos demorados e com temperatura alta. Isso leva há um ressecamento da pele e a uma dificuldade maior de distensão”, explica o Dr. Fraga.

“A pintura de cabelo está liberada com tintas menos agressivas e somente após a 12ª semana de gravidez. Com relação a depilação a laser, não há estudo que comprove o efeito deletério e por isso é consenso não se fazer”, completa.

Os seios normalmente aumentam de tamanho durante a gravidez, por isso, os cuidados devem começar desde o início. “A hidratação é fundamental para evitar as estrias, porém deve ser evitada na área da aréola e mamilo, pois nestas regiões queremos que as mesmas fiquem mais ásperas e grossas fazendo assim com que o ato de amamentar seja o mais confortável para a mãe e também para criança”, alerta o médico dermatologista.

Sisal no design contemporâneo une tradição e inovação na economia nordestina

(FOTOS: GABRIELA DALTRÓ)



Carol Gomes e Renan Saturnino

COMUNICAÇÃO INTEGRADA

imprensa@bizcomunicacao.com.br

A importância do sisal para a economia da região Nordeste é destacada tanto em suas funções históricas quanto em seu potencial de renovação e sofisticação. No cenário da CasaCor Bahia 2024, o projeto "Sanitário Raízes" demonstra como essa fibra natural, tradicionalmente utilizada em contextos rústicos, pode ser reinterpretada em ambientes contemporâneos, mantendo viva a conexão com as tradições culturais da Bahia. O uso do sisal no design inovador dos arquitetos Carol Gomes e Renan Saturnino evidencia o valor desse material, que transcende seu papel econômico, para se tornar símbolo de identidade cultural.

O Nordeste brasileiro, especialmente a Bahia, tem uma longa tradição na produção de sisal, sendo o Território do Sisal o principal centro dessa atividade. Conhecida como Região Sisaleira, essa área é responsável por grande parte da produção nacional da fibra, que tem relevância tanto para o mercado interno quanto para o exterior. O sisal, uma planta resistente e adaptada ao clima semiárido, sempre foi uma fonte crucial de renda para famílias locais, garantindo emprego e movimentando a economia de pequenos municípios.

Nos últimos anos, a economia do sisal tem enfrentado desafios relacionados às mudanças no mercado global e à modernização de outros materiais. No entanto, iniciativas como a do "Sanitário Raízes" oferecem uma nova perspectiva para essa indústria, destacando a versatilidade do sisal e suas aplicações além do setor agrícola. Ao ser utilizado em design de interiores, o sisal é promovido como uma matéria-prima ecológica e sofisticada, o que pode impulsionar novos nichos de mercado e agregar valor aos produtos da região.

Para os produtores de sisal, essa nova valorização é uma oportunidade de reestruturar a economia local e fortalecer a identidade da Região Sisaleira. As tradições familiares, como as de Carol Gomes, que cresceu em meio à produção de sisal em Conceição do Coité, são agora reinterpretadas e ganham novas perspectivas econômicas e culturais. A herança do sisal, que antes era vista apenas como um símbolo de resistência, torna-se um emblema de sofisticação, abrindo portas para exportações e novas parcerias comerciais.

A Bahia tem investido na revitalização da produção de sisal, buscando modernizar as técnicas de cultivo e colheita, além de promover a exportação do material. Essas ações são fundamentais para que o sisal se mantenha competitivo no mercado global, principalmente com o aumento da demanda por produtos sustentáveis. Além disso, a valorização cultural do material, como se vê no projeto da CasaCor, pode fortalecer ainda mais o apelo comercial do sisal.

Além de sua importância econômica, o sisal carrega um valor simbólico significativo para a população do Nordeste. É parte de sua identidade, um elo entre gerações e um símbolo de luta e adaptação ao ambiente semiárido. Em projetos como o "Sanitário Raízes", o sisal se torna uma ponte entre o passado e o futuro, representando tanto a resistência quanto a capacidade de se reinventar, elementos que definem a trajetória da Região Sisaleira.

Com o sisal ganhando espaço em novos mercados e contextos, como o design de interiores de alto padrão, a economia do Nordeste tem a chance de se fortalecer, resgatando tradições e ao mesmo tempo inovando. Iniciativas como o "Sanitário Raízes" não apenas celebram a história da Bahia, mas também apontam para um futuro em que o sisal é reconhecido por seu potencial econômico e cultural, além de sua capacidade de dialogar com a modernidade e a sofisticação.

LITÍGIO ZERO: SAIBA COMO APROVEITAR CONDIÇÕES ESPECIAIS E REGULARIZAR DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Contribuintes com débitos inferiores a R\$ 50 milhões podem obter descontos de até 100% em juros, multas e encargos legais; prazo para adesão vai até 31 de outubro



FOTOS: DIVULGAÇÃO

EDUARDO BETINARDI
eduardo@pmaisg.com.br

O Programa Litígio Zero, que busca incentivar a regularização de débitos fiscais de empresas e pessoas físicas, teve seu prazo de adesão prorrogado para o dia 31 de outubro de 2024. A iniciativa, promovida pela Receita Federal, oferece condições facilitadas de pagamento, com descontos para créditos classificados como de alta, média ou difícil recuperação. O programa é uma oportunidade vantajosa para contribuintes quitarem suas dívidas tributárias.

O advogado especialista em Direito Tributário, Josemar Kloster, destaca a importância dessa oportunidade, especialmente em um momento em que a regularização fiscal pode significar mais segurança para as empresas. “A prorrogação até o fim de outubro permite que tanto pessoas físicas quanto jurídicas, com débitos inferiores a R\$ 50 milhões ou classificados de pequeno valor, possam usufruir de condições excepcionais de quitação à vista ou parcelada”, explica. “Essas condições são uma excelente oportunidade para empresas realizarem um planejamento tributário sob a ótica da análise de risco dos processos em contencioso e da possibilidade desses créditos serem constituídos definitivamente e cobrados na integralidade”, complementa.

O Edital de transação por adesão nº 1/2024, publicado pela Receita Federal no DOU, detalha as condições do Litígio Zero 2024. O programa oferece diferentes opções de pagamento, dependendo da natureza dos créditos tributários. Para débitos classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação, o desconto é de até 100% sobre juros, multas e encargos legais, observado o limite de 65% do total do crédito, além de pagamento facilitado com entrada em 5 vezes de apenas 10% do valor consolidado da dívida após os descontos, e o restante parcelado em até 115 prestações. Já créditos classificados de alta ou média perspectiva de recuperação têm descontos e condições específicas, mas ainda oferecem boas vantagens.

ECONOMIA

Há ainda a possibilidade para pessoa natural, microempresa e empresa de pequeno porte de parcelarem seus débitos de pequeno valor (até 60 salários mínimos) com redução de até 50% do montante devido, com parcelamento em até 12 meses; 40% para 24 meses; 35% para 36 meses e 30% para 55 meses. Em todos os casos, há entrada de 5% do valor consolidado dos créditos transacionados, pagos em até 5 prestações mensais e sucessivas.

O programa é especialmente relevante para contribuintes que enfrentam dificuldades financeiras ou que possuem dívidas há anos em discussão contenciosa nas instâncias administrativas com a Receita Federal e com juros Selic correndo mensalmente. Ao quitar os débitos por meio do Litígio Zero, os contribuintes podem obter o benefício de quitar passivos que podem ter duplicado ou até triplicado de valor desde o lançamento fiscal, pois as reduções de multas, juros e encargos legais são bastante expressivos.

Além disso, a adesão ao programa oferece segurança jurídica, já que os contribuintes resolvem em definitivo o crédito em discussão perante o fisco. “O Programa Litígio Zero é uma ferramenta eficaz tanto para o ente fiscal, que busca reduzir o volume de litígios e em contrapartida arrecadar tributos aos cofres da União, quanto para os contribuintes, que podem aproveitar um parcelamento acessível e condições mais favoráveis para regularizar suas obrigações fiscais”, comenta o advogado.



Como aderir ao programa

Os interessados em participar do Programa Litígio Zero devem formalizar a adesão diretamente no portal e-CAC da Receita Federal. O prazo final para adesão, conforme estipulado na Portaria RFB 444/2024, é o dia 31 de outubro de 2024, devendo, obrigatoriamente, além das formalidades exigidas, recolher-se o DARF de entrada da adesão, sob pena de indeferimento sumário. Após esse período, as condições facilitadas não estarão mais disponíveis, e as dívidas poderão voltar a acumular juros sobre as exigências em litígio.

“Vale lembrar que uma vez resolvido o contencioso administrativo, mesmo que surja uma nova prorrogação do programa os processos já julgados e em cobrança não serão contemplados pelo benefício, levando-se em conta as regras atuais do edital de transação”, pontua. “Mas é importante que os pagamentos das parcelas sejam regularmente cumpridos nos prazos, sob pena de rescisão da adesão e cobrança do montante devido no seu valor original, sem as reduções”, complementa Josemar Kloster.

Credibilidade

Js.

Mais que uma conquista, um voto de confiança
que renovado diariamente ao longo dos últimos 26 anos.

AGRICULTURA



Mesmo com 39% menos áreas plantadas, produtores de feijão no Brasil aumentam produção em 30%

MARIANA CREMASCO

mariana.cremasco@alfapress.com.br

No cenário agrícola brasileiro, o cultivo de feijão, uma das leguminosas mais importantes para o país, tem se transformado de forma expressiva. Embora a área plantada tenha sofrido uma queda significativa ao longo dos últimos anos, a produção do grão aumentou consideravelmente, impulsionada pela adoção de novas tecnologias.

De acordo com a Embrapa, entre 1974 e 2021, a área plantada de feijão no Brasil diminuiu 39%, mas, surpreendentemente, o volume colhido aumentou em 30%. Isso se deve aos benefícios do avanço tecnológico, que tornou as lavouras de feijão mais produtivas. Naquele mesmo período (1974-2021), a produtividade física média do feijão teve um incremento de 113%.

A irrigação por gotejamento é uma das tecnologias que têm sido fundamentais para esses resultados, otimizando o uso da terra e dos recursos hídricos, e permitindo que os agricultores colham mais feijão sem a necessidade de expandir as áreas cultivadas. Warlen Pires, especialista agrônomo da Netafim, destaca a importância da fertirrigação para o sucesso das lavouras. “Com a fertirrigação, conseguimos fornecer nutrientes diretamente na raiz da planta, aproveitando cerca de 90% da água utilizada e otimizando o uso de fertilizantes. Isso tem sido essencial para melhorar a produtividade do feijão, especialmente em áreas onde a terra cultivada está diminuindo”, afirma Pires.

A agricultura empresarial tem dominado a produção de feijão no Brasil, respondendo por 76,9% da produção total. A agricultura familiar atende ao restante da produção, sendo feijão preto 41,8%; feijão de cores 11,6%; feijão fradinho 34,4% e feijão verde 55,6%. A produtividade no Nordeste, onde a agricultura familiar é predominante, atinge uma média de 480 kg/ha, enquanto no Centro-Oeste e Sudeste, com maior presença de sistemas de irrigação, as médias alcançam 2.178 kg/ha e 1.795 kg/ha, respectivamente, mostrando a diferença de eficiência.

Além de aumentar a produtividade, a irrigação por gotejamento também ajuda a reduzir custos de produção, como aponta Pires. “Com o uso da irrigação por gotejamento subterrâneo, é possível evitar doenças que prosperam em microclimas úmidos, o que reduz a necessidade de defensivos agrícolas. Em uma propriedade em Paraúna, o produtor alcançou uma média de 60 sacas por hectare, economizando na aplicação de fungicidas”, relata o especialista.

O cultivo de feijão, embora desafiador devido à sua alta demanda hídrica e os custos de produção elevados, tem se beneficiado de inovações como a irrigação por gotejamento, que contribui para o uso eficiente da água, diminui a necessidade de expansão de terras e eleva a sustentabilidade do processo produtivo. A Netafim, pioneira nessa tecnologia, tem auxiliado produtores a superar esses desafios, oferecendo soluções personalizadas que permitem uma maior eficiência na utilização de recurso importante como água e nutrientes.

Enquanto a área cultivada com feijão continua a diminuir no Brasil, a produtividade crescente demonstra que o futuro do cultivo da leguminosa está diretamente ligado à adoção de novas tecnologias e à otimização dos recursos já disponíveis. A irrigação por gotejamento, portanto, não é apenas uma solução para o presente, mas uma estratégia para garantir a sustentabilidade e competitividade do feijão no mercado global.